



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

A VOZ DE UM TRANSGRESSOR: narrativas do primeiro aluno cego licenciado em matemática pela Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Capanema

Cristian Andrey Pinto Lima¹

Alessandra Mariana dos Santos Oliveira²

Marlene Barbosa de Freitas Reis³

Cláudio Pires Viana⁴

Resumo

O presente estudo objetiva investigar e compreender o processo de vivência e permanência acadêmica do primeiro aluno com deficiência visual (cego), a se licenciar no curso de matemática pela Universidade Federal do Pará - Campus Capanema, em 2021. O instrumento metodológico principal foi a entrevista semiestruturada com o estudante, pautada em Minayo (2009), que nos respaldou para realizar a análise de dados e assim responder o problema de pesquisa. Para tanto, fundamentamos em autores/as Paulo Freire (1996, 2000, 2007, 2019), Bell Hooks (2013) e Maria Teresa Mantoan (2013). Durante a construção deste artigo visamos reforçar a ideia de que a luta pelos direitos das pessoas com deficiência visual, assim como, de outros grupos com representatividade social e política, deve ser constante. Percebe-se que apesar de haver muitas conquistas no âmbito legal, o país precisa manter essas conquistas e alcançar outras tantas, que é um desafio contínuo. E embora a batalha seja complexa e árdua, os resultados alcançados, a exemplo, da inclusão do aluno na universidade e a possibilidade que lhe foi oferecida de concluir a graduação, são forças motivadoras para que não desistamos e continuemos como nos ensina Paulo Freire: a esperar.

Palavras-chave: educação matemática inclusiva; deficiência visual; ensino superior.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 2021 para obtenção do título de Graduação em Matemática pela Universidade Federal do Pará (UFPA)-Campus Capanema, e do aporte teórico-metodológico estudado na Disciplina: Educação, Diversidade e Processos Educativos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEG-UnU Inhumas).

O percurso metodológico pautou-se em Minayo (2009). A pesquisa é qualitativa do tipo descritiva, considerada pela autora a mais adequada para responder determinadas questões dentro do Campo das Ciências Sociais, e por se ocupar “[...] com um nível de

¹ Instituição, e-mail.

² Instituição, e-mail.

³ Instituição, e-mail.

⁴ Instituição, e-mail.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, e das atitudes (p.19). Por meio dela, foi possível compreender o processo formativo de um aluno com deficiência visual. A pesquisa incidiu na realização de entrevista semiestruturada, pois nela “[...] o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (p. 64), além disso, na entrevista se cria “[...] uma representação da realidade: ideias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos” (p. 64). A entrevista foi realizada em junho/2021 atendendo todos os protocolos de segurança vigentes para o período da pandemia do Covid 19, dentre eles o isolamento social que impossibilitou que ela ocorresse de maneira presencial, assim foi gravada e transcrita na íntegra, sendo entrevistado, o primeiro aluno com deficiência visual (cego) formado no curso de matemática do Campus Capanema da UFPA.

A entrevista aconteceu após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE foi enviado em formato *Portable Document Format* (PDF), para que o entrevistado fizesse a leitura via *Adobe Acrobat Reader DC*, que é um recurso de acessibilidade, o qual inclui uma funcionalidade de conversão de texto em fala, permitindo a leitura em áudio dos textos, também, por meio do aplicativo *WhatsApp*, foi enviado áudio com o conteúdo do documento. O TCLE foi assinado com o uso do guia de assinaturas, para o registro do nome do discente. Foi realizado ainda, gravações em áudio, com auxílio de aparelho celular que posteriormente foram transcritas com o intuito de responder a seguinte questão norteadora: O que narra o primeiro discente com deficiência visual – cego – licenciado em matemática pela UFPA-Campus Capanema sobre sua vivência e permanência ao longo do curso? Portanto, objetiva-se descrever esse período, por intermédio das falas do entrevistado.

Nesse contexto, o Artigo 206 parágrafo I da Constituição Federal de 1988 (CF/88) foi fundamental para a construção deste trabalho, tendo em vista o entendimento de que a educação deve ser pautada na “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Esta pesquisa também se alinha com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que em seu Artigo IV visa assegurar “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Tais garantias legais, associadas às políticas públicas, permitem que estudantes com deficiências rompam as barreiras do preconceito e tenham acesso à educação e condições de permanência nas instituições de ensino regular.

A descrição das memórias de um aluno cego sobre sua permanência na universidade, serviu de base para as discussões desta pesquisa, trataremos brevemente também sobre: o contexto histórico da pessoa com deficiência visual – cega, o direito do sujeito com deficiência visual à educação inclusiva de qualidade e emancipadora e as narrativas do transgressor.

O termo transgressor empregue no texto está relacionado com a obra *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*, escrita por Bell Hooks (2013), logo, não por acaso a escolhemos, pois dialoga diretamente com o título e a razão deste estudo. A preponderância dos textos do patrono da educação brasileira Paulo Freire no que concerne à educação como prática da liberdade foi o que motivaram Hooks (2013) a modelar sua escrita nas ideias de conscientização freiriana. Para a autora “encontrar Freire foi fundamental para minha sobrevivência [...]. A obra dele me mostrou um caminho para compreender as limitações do tipo de educação que eu estava recebendo [...]” (p.30). Na obra a escritora descreve como pensa a educação - em sua completude - e esse pensamento faz com que ela a nomeie de Pedagogia Engajada, aquela que é atuante e compromissada com a integralidade dos sujeitos. Assim, buscamos compreender transgressão como práticas que possibilitam tornar-nos sujeitos de resistência contra as forças dominadoras, e que enxergam a educação como um ato transpassado de amor e coragem.

Um dos embasamentos deste estudo será a definição para fins educacionais que considera cegos os alunos que “[...] não tem visão suficiente para aprender a ler em tinta, necessitam, portanto, utilizar de outros sentidos em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. O acesso à leitura e escrita dar-se-á pelo Sistema Braille” (BRASIL 2002, p. 13). Nota-se que a palavra deficiência, mesmo na contemporaneidade, ainda está vinculada, à inutilidade, sugerindo falta de capacidade das pessoas com deficiência, fato que se torna obstáculo para o desenvolvimento social desses sujeitos, pois a deficiência de alguém, não deve ser parâmetro para determinar suas capacidades, considerando que as pessoas com deficiência são capazes de se inter-relacionar-se com os outros por meio dos demais sentidos (tátil, auditivo, olfativo, gustativo e cinestésico).



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

A trajetória histórica das pessoas com deficiência visual é marcada por influências culturais, reproduzindo, muitas vezes discursos religiosos, sociais e ideológicos, que corporizados, estabelecem diferentes relações entre os sujeitos coletivos. Referente a disseminação de determinadas ideologias, Freire (2007, p.33) pontua que “não é a cultura discriminada a que gera a ideologia discriminatória, mas a cultura hegemônica a que o faz. A cultura discriminada gesta a ideologia de resistência”. Nesse sentido, a exclusão é resultado de uma ideologia dominante e segregacionista que faz com que a falta de conhecimentos sobre as deficiências, em muito, contribua para que estes sujeitos sejam marginalizados desde os tempos mais antigos até os dias atuais.

Nas sociedades primitivas, que viviam em pequenos grupos, em uma atmosfera inóspita, o sujeito com deficiência era visto de maneira pejorativa, como esclarece Silva e Reis (2016, p.619) “[...] iniciamos com a fase da exclusão nas sociedades primitivas, em que a divisão e a permanência no grupo eram garantidas pelo aspecto da estrutura física, da perfeição e da boa forma [...]. Franco e Dias (2005, p.2) descrevem que as pessoas com deficiência viviam “Na Grécia Antiga, a condição de subumanos” e isto “[...] legitimava sua eliminação ou abandono, atitudes perfeitamente coerentes com os ideais atléticos e clássicos que serviam de base à organização sociocultural dos espartanos”. A estes sujeitos eram reservados os destinos mais vis apoiados no que se pensava sobre a deficiência naquele tempo.

Essas práticas perduraram até a Idade Média, período em que os dogmas e poder da igreja determinavam majoritariamente o modo de vida em sociedade. Pereira (2009, p.719-720) explica que formas físicas ou comportamentos, “[...] que se destacassem por alguma diferença em relação ao padrão vigente eram imediatamente atribuídos a alguma ligação com o demônio”. Entretanto, tornou-se “[...]contraditório para a Igreja afirmar que quem ficara cego durante a participação nas Cruzadas – portanto ao atender aos apelos da Igreja, na luta pela fé cristã – fora punido por algum pecado”. Em síntese, o discurso de que a deficiência tinha sua gênese na ação de forças sobrenaturais, foi usado para justificar a matança de pessoas com deficiências, esse pensamento transforma-se a partir das Cruzadas.

Na Europa Renascentista do século XVI se destaca o pioneirismo dos médicos Cardano e Paracelso, que segundo Pereira (2009, p. 720-721), “contribuíram para o avanço do conhecimento acerca da diversidade funcional, questionando seu aspecto sobrenatural e



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

considerando-a doença”. Franco e Dias (2017, p.4) trazem que Valentin Hauly criou em 1784, “[...]o Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, a primeira escola do mundo destinada à educação de pessoas cegas”. Além do protagonismo de Louis Braille, criador do Código Braille, que como vemos levou seu nome. Foi nesse período que aconteceu uma virada no pensamento histórico, no sentido de que as deficiências deixaram de ser assunto exclusivo da igreja, se tornando também objeto de estudo da ciência.

Após esse percurso histórico, percebemos que as pessoas com deficiência visual sofreram conforme as crenças impostas pela realidade de cada tempo. O preconceito ideológico ainda segue sendo uma barreira, que corrobora para que os sujeitos com deficiência visual, apesar de todo o avanço que tivemos, tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade.

O direito da pessoa com deficiência visual a uma educação inclusiva de qualidade e emancipadora

Ao longo da história, mudanças sociais importantes aconteceram, dentre elas, o avanço das leis de inclusão das pessoas com deficiência e de outros sujeitos minorizados. Mantoan (2003, p.16) elucida que incluir é ter todos frequentando as salas do ensino regular e isso “[...] implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

O desafio que é apresentado nesse movimento é o da quebra de padrões estabelecidos. A inclusão ao propor a abertura às diferenças, nasce como uma perspectiva de aperfeiçoamento da educação escolar que intenciona atender a todos em suas individualidades, especificidades. Esses pensamentos dialogam com os de Freire (1996, p.62) de que “[...] ninguém é superior a ninguém[...]” e, como esclarecem Freire e Betto (2000, p.73), “é fundamental respeitar o princípio de que o processo educativo é um processo coletivo”. Portanto, a inclusão não deve se restringir à presença de pessoas com alguma deficiência nas salas de aula, mas de atitudes coletivas e estatais permeadas de respeito, que os possibilitem participarem das transformações culturais e atuarem proativamente na sociedade.

Alguns acontecimentos históricos marcaram a humanidade e cooperaram no sentido de que a educação fosse entendida como um bem para todos. Em 1948 foi proclamada pela



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Organização das Nações Unidas (ONU) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu Art. 1º afirma “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos[...]”. A partir dessa Declaração o Brasil também passou a criar ações legais visando o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, destacamos:

[...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –Lei nº 9394/96, as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica (2002), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação (2014) (SANTOS e REIS 2016, p. 335 – 336).

As leis e regulamentos que garantem o direito das pessoas com deficiência exercem um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades, respeito pelos direitos humanos e na construção de uma sociedade inclusiva. Por meio dessas normas legais, busca-se extinguir barreiras e discriminações, assegurar a acessibilidade e a participação plena dessas pessoas em todos os aspectos da vida. Contudo, apesar de todos os avanços legais conquistados em favor da inclusão desses sujeitos, ainda temos, em nosso país “[...] escolas desprovidas, tanto de estrutura física, quanto de recursos humanos adaptados; currículos inadequados; e, professores sem a devida formação para uma educação de fato inclusiva e transformadora” (SANTOS 2019, p.31).

As narrativas do transgressor

A UFPA foi instituída pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957. No ano de 1986 a UFPA passou a interiorizar-se e Capanema foi uma das cidades escolhidas para a implantação de um campus avançado. Atualmente conta com dois campi – Campus I (no centro da cidade) e o Campus II (na Rodovia BR 308, Capanema/Bragança, Km 2). Quanto ao curso de matemática do Campus Capanema ele é regido pela Faculdade de Matemática do Campus Bragança (FAMAT). A oferta para o curso é anual com 40 vagas, por meio de processo seletivo da UFPA. Tem duração de 8 semestres (mínima) e 12 semestres (máxima), realizado na modalidade intervalar. A carga horária total do curso de Matemática do campus é efetivada, mediante a integralização de 3015 horas (PPC, 2009).

O sujeito da investigação foi escolhido mediante sua relação com o tema proposto, e interesse em participar do estudo. Ele foi aluno da UFPA - Campus Capanema, e graduou-se em Licenciatura Plena em Matemática com 43 anos de idade. Tem como características: cegueira adquirida aos 19 anos após um acidente de trabalho, apresenta



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

perda de 80% da audição do lado esquerdo, domina o Sistema Braille, realiza cálculos mentais com destreza, possui seus outros sentidos muito aguçados, principalmente a audição do lado direito. Nesta pesquisa será denominado de Entrevistado em virtude da ética e preservação da identidade do participante.

Inicialmente, para entendermos a etiologia da sua deficiência perguntamos ao entrevistado: *Qual idade perdeu a visão? Tem lembranças desse processo?*

Entrevistado: Bom, eu perdi a visão aos 19 anos. A perda de visão foi ocasionada por acidente de trabalho. Na época, eu trabalhava numa indústria de sorvete, onde eu era operador de máquina de pasteurizador, e produzia a calda de sorvete, onde, infelizmente, na época, era fervido leite nos tachos de cem litros. Era necessário eu retirar do tacho para botar dentro do pasteurizador com a vasilha, com um balde, para esvaziar pra poder despejar no pasteurizador. Aí durante um longo período, veio a ocasionar um choque térmico, que prejudicou a visão. Causou atrofiamento do nervo óptico, a pressão do olho também alterou, e veio descolar a retina dos dois olhos. Então, foi aos 19 anos que eu perdi a visão total.

Segundo Gil (2000, p.9), o conflito que a deficiência visual (adquirida ou congênita) causa sobre o desenvolvimento individual ou psicológico varia, pois “[...] Trata-se de uma experiência traumática, que exige acompanhamento terapêutico cuidadoso para a pessoa e para sua família”. Portanto, independente da fase em que se perde a visão, o processo de adaptação a uma nova realidade não é fácil, e não podemos desconsiderar o contexto de exclusão que sociedade apresenta. Para conhecermos a motivação que o levou a entrar na universidade, inquiremos: *O que o fez ingressar na UFPA? É possível descrever essa trajetória?*

Entrevistado: Após eu perder a visão, eu passei aproximadamente 12 anos sem frequentar a escola. Não por causa de falta de interesse, mas é que, na época, aqui no meu município, infelizmente, não tinha um profissional de Braille para poder ensinar nas escolas. Aí eu passei esses 12 anos sem ter contato com nada. Sabia nem se um dia ia voltar na escola pra estudar no ensino regular. Mas sempre tinha o desejo de ler e escrever. Eu não fazia planos para terminar os estudos, ingressar na universidade, mas tinha aquele desejo de ler e escrever. Ser independente. Aí, após 12 anos, surgiu a oportunidade na APAE pois apareceu uma professora de Braille. Eu procurei a instituição da APAE, me matriculei e alfabetizei lá. A professora também era uma excelente profissional, agradeço muito a ela. Porque ela foi uma das pessoas que me incentivou. Porque meu objetivo era ler e escrever, e ela falou para mim ‘não pare, dá para terminar teus estudos. Dá para tu ir para o regular e terminar teus estudos’, aí, eu mesmo não acreditava não, que era capaz de aprender e voltar a estudar. Já era aquele preconceito comigo mesmo, achando que não tinha capacidade de aprender e dar continuidade, até porque já tinha passado muitos e muitos anos sem ter contato com a escola, se adaptar na escola... Fiz o fundamental 2 e depois a EJA. Bom,



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

eu me inscrevi no ENEM, mas não com o interesse de ingressar na universidade, mas sim é de adquirir aqueles materiais para poder ler em casa, desenvolver a leitura, melhorar o conhecimento. Fiz em 2013 e 2014. Bom, em 2015, fiz novamente a prova também, fiz mais de 750 pontos na prova de 2015 do ENEM. Aí no dia do resultado, da lista dos aprovados, o pessoal me ligou, 'ah, tu passaste'. Aí fiquei até sem acreditar. Mas quando!? Aí a ficha só caiu quando eu fui lá no site e vi lá no edital, no listão, e estava lá meu nome aprovado. Aí eu disse é... o negócio deu certo. Pois é. Eu fiquei mais impressionado porque eu nunca fiz aula de cursinho para fazer vestibular. Eu não tinha quem me ensinasse lá na escola. No ensino médio já não tinha muito material, imagine no cursinho! Não tinha material nenhum. Não tinha um profissional para me ensinar, e o meu pré-vestibular foi a própria prova do ENEM, onde eu estudei os cadernos de prova. Todos eles me serviram como base, como suporte de reforço. Para poder se aperfeiçoar mais o meu conhecimento. E deu tudo certo. Hoje, já cheguei na universidade Graças a Deus!

As narrativas contidas nesta resposta estão permeadas de profunda emoção. Destacamos: o recomeço pós perda da visão, e naquele momento, a falta de profissionais especializados em DV no município em que o entrevistado reside, fatos que o impossibilitaram de frequentar a escola por mais de uma década. Nesse contexto, diante do acolhimento que o aluno recebeu na APAE, e das palavras da professora que o estimularam a dar seguimento nos estudos, a obra escrita por Bell Hooks (2013) - mulher negra, professora estadunidense e reconhecida internacionalmente por seu ativismo em prol de uma educação incutida de transgressões, se faz necessária. Portanto, não escolhemos essas palavras por acaso para apresentar a autora, pois cada uma delas estabelece uma conexão direta com o título e o propósito deste estudo.

A transgressão está na trajetória de vida de Bell Hooks que na infância viveu na região sul dos Estados Unidos da América (EUA) segregada racialmente. É nesse cenário que ela é influenciada por suas professoras negras que lhe ensinaram que a “[...] devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista”, e continua “[...]praticavam uma pedagogia revolucionária de resistência, uma pedagogia profundamente anticolonial” (HOOKS, 2013, p. 10-11).

As falas das professoras, de Bell Hooks e a do entrevistado convergem no sentido de que por meio da educação ambos seriam capazes de inverter a realidade hegemônica posta. Portanto, é importante ressaltar que a transgressão à qual nos referimos neste trabalho é aquela que tem como objetivo desafiar as normas e práticas estabelecidas e a história do entrevistado está imersa no transgredir. Para sabermos sucintamente como se



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

deu à permanência dele no curso questionamos: *Ao longo do curso o Sr. identificou a existência de barreira (s) que dificultou (aram) sua permanência?*

Entrevistado: Bom, em relação as barreiras que eu tive durante o curso da cidade foi primeiro o transporte. Daqui de casa para Universidade é um pouco distante de lá. O campus universitário é aqui no município e não temos um coletivo que possamos pegar todo dia. Também durante a minha chegada na universidade tiveram outras barreiras. Que foi a falta de recursos, materiais adaptados em Braille, materiais didáticos, como também um profissional capacitado na área de Braille, professor de matemática. Foi muito difícil logo de início, a universidade, infelizmente deixou muito a desejar no primeiro semestre. Não prepararam os professores para dar um atendimento, porque os professores não têm culpa da universidade, do sistema educacional não oferecer uma capacitação para a formação continuada para docentes, pra toda a comunidade que faz a educação. Os meus colegas de classe também tiveram barreiras, porque nunca se depararam, tanto os alunos como os professores, se depararam com um aluno cego em sala de aula, incluso numa sala de aula, onde muitas vezes me sentia excluído, e não era porque eles não queriam me ajudar, e sim porque não tinham conhecimentos de como trabalhar com alunos deficientes visuais. Eu era incluído, mas eles tinham essa dificuldade, não sabiam como me ajudar de maneira adequada. E eles deveriam ter uma formação, preparação. Já foram oferecer um curso de Braille, praticamente, no fim do curso. Logo de início foram barreiras muito difíceis, tanto para mim quanto para os professores e para os colegas de classe. Então foi onde houve a necessidade de o professor trabalhar com materiais concretos, começaram a pesquisar como trabalhar com aluno com deficiência visual e só então as coisas foram melhorando. Mas, existe a lei que ampara os alunos com deficiência visual como a lei 9394/96 da educação especial, que assegura o direito a todos os alunos com necessidades especiais a um atendimento com profissionais capacitados, principalmente na área da deficiência visual, e qualquer que seja a peculiaridade que o aluno tenha. Então, existe os kits PCD, que são recursos que a universidade dá aos alunos, todos os alunos com deficiência têm esse direito, que é, por exemplo, o multiplano, o geoplano, aqueles gravadores de áudio, computador, reglete e entre outros materiais didáticos para ajudar no aprendizado do aluno. E esse material só vim adquirir, praticamente, na metade do curso... lá no quarto semestre. Fazendo questão, cobrando da instituição para que esse material, que deveria estar já no primeiro semestre com esse material. Já era pra estar na mão do aluno desde o começo do curso, para que o aluno possa ter um suporte melhor, para que possa ter um aprendizado com qualidade. Mas, infelizmente, eu não tive, já vim conseguir isso no final do quarto semestre. Então isso são barreiras que enfrentei. Durante 8 semestres. Não foi fácil. Como também a falta de acessibilidade na instituição, que tem pouca acessibilidade física. Então são barreiras que eu vivenciei durante esse curso de matemática. Como também a falta do material didático. Livro didático, na biblioteca, infelizmente, não tem impresso em Braille. Então as coisas já vieram melhorar para mim só no segundo semestre, quando a universidade começou a produzir os materiais adaptados, as apostilas. Os professores já vinham pesquisando, foram estudando como atender, como trabalhar com aluno com materiais concretos, foram desenvolvidos materiais gráficos, figuras geométricas, como também veio impresso em Braille esses materiais, que foram fundamentais para o meu aprendizado.

Em seu relato percebemos o quão incisivo o entrevistado é quanto a luta travada constantemente por seus direitos dentro da universidade, pois



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

A academia não é o paraíso, mas o aprendizado, é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas suas limitações continua sendo ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (HOOKS,2013, p.86).

Em suma, ao enumerar as possíveis barreiras impostas para sua formação, o aluno entrevistado traz para o debate a relevância da reflexão a educação inclusiva e crítica, inclinada a levar as pessoas a conhecerem seus direitos e a participarem das decisões políticas e sociais, de modo a contribuírem com a construção de espaços mais democráticos. Nesta ótica, Freire (2019, p.127) nos presenteia quando diz “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. Desse modo, nem ele, a universidade e a comunidade acadêmica não poderiam ficar passíveis à negação dos seus direitos constitucionais, haja vista o duelo travado pelo aluno para formar-se. E da sua vivência e batalha individual se dá também uma luta e representatividade coletiva, porque este processo se constrói como experiência inspiradora para que outras pessoas com deficiência visual também consigam reconhecer e lutar pelo direito à educação.

Concluimos a entrevista questionando: *quais contribuições o senhor, como primeiro universitário cego a concluir o curso de matemática no Campus UFPA/Capanema deixa?*

Entrevistado: Bom, o legado que eu acredito que vou deixar na universidade, ao longo da minha permanência, é, por exemplo, os trabalhos que foram apresentados em congressos, artigos que foram publicados em revistas, os trabalhos, as palestras que foram realizadas nas universidades. E vão servir também como base de pesquisa para futuros acadêmicos, professores, graduandos, doutorandos e mestrandos. Se pesquisar no site, vão encontrar os artigos que foram publicados, e que podem contribuir para a formação de outros trabalhos acadêmicos e que possam ser desenvolvidos futuramente. Também aí na universidade, preparando o caminho para outros acadêmicos inclusos que possam chegar na instituição, e preparando esses servidores da UFPA para atenderem esses alunos que, possivelmente, irão chegar para cursar a faculdade. Seja qual for o curso, mais que já estejam cientes de que precisa de determinados recursos para dar um suporte adequado para esses alunos.

O sentimento de esperança do entrevistado assemelha-se ao do inesgotável transgressor brasileiro Paulo Freire “Para concluir, quero dizer-lhes que, como educador



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

político, como homem que pensa a prática educativa, sigo profundamente esperançoso [...]Não é possível viver plenamente como ser humano sem esperança. Conservem a esperança” (FREIRE 2007, p. 24). O processo da permanência do entrevistado nos dão indícios que para além das narrativas de suas transgressões, seu legado será imortalizado através das contribuições deixadas por meio de produções coletivas que darão subsídios a novas pesquisas acadêmicas.

Considerações Finais

No atual cenário de perspectiva de práticas inclusivas necessitamos de forma urgente transgredir por meio de uma educação crítica, emancipadora que nos faça livres, considerando todos como sujeitos históricos e sociais, que não desejam apenas passar pela história, mas que ambicionam vivê-la de maneira comprometida com a realidade social. Compreendemos por meio das narrativas do primeiro acadêmico cego licenciado em matemática pela UFPA/Capanema que o ambiente propício para que alunos e professores possam aprender com as diversidades e diferenças é a sala de aula inclusiva, onde deve se priorizar o respeito às diversidades.

Por fim, acreditamos que a inclusão de alunos cegos nos cursos superiores de matemática não é um debate simples, mas é uma realidade possível, desde que se fomente reflexões para a construção e aperfeiçoamento de políticas públicas que financiem e garantam o direito das pessoas com deficiência visual e, por conseguinte, subsidiem propostas para a produção de estudos sobre a realidade das condições de vida dos estudantes cegos que estudam nas instituições de ensino brasileiras da educação básica a pós graduação.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de Outubro de 1988.

Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 06 Mai. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1e_d.pdf. Acesso em: 07 Mai. 2023.

BRASIL. Estratégias e Orientações Pedagógicas para a Educação de Crianças com Necessidades Especiais: Dificuldades de Comunicação e Sinalização: Deficiência Visual. Secretaria de Educação Especial. Brasília (DF), MEC; SEESS, 2002.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA
04 a 06 de setembro de 2023
Instituto Federal do Espírito Santo
Vitória-ES

FRANCO, J.R.; DIAS, T.R.S. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, n. 30, 2005. Disponível em: <http://revista.ibr.gov.br/index.php/BC/article/view/503>. Acesso em: 26 Mai. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**. São Paulo: Ática, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

GIL, Marta. **Deficiência visual (org.)**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.80p.: il. – (Cadernos da TV Escola. 1. ISSN 1518-4692). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso em: 28 Mai. 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 28 Mai. 2023.

PEREIRA, R. **Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.3, jul.-set. 2009 p.715-728. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/9d7FrYfH46n8V9JPwGcQVTf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de Mai. 2023.

UFPA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Matemática (PPC)**. Bragança: UFPA, 2009.

SANTOS, T. P.; REIS, M. B. de F. A formação docente na perspectiva da educação inclusiva. **Travessias**, Cascavel, v. 10, n. 2, p. e13835, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/13835>. Acesso em: 29 Mai. 2023.

SANTOS, L.C. dos. **A Inclusão da pessoa cega em cursos a distância, mediada por recursos de tecnologia assistiva: uma proposta de design instrucional**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) - Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, GO. Disponível em: <https://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/933>. Acesso em: 28 Mai. 2023.

SILVA, B. T; REIS, M. B. de F. **A inclusão na rede regular de ensino fundamental: um olhar para o atendimento educacional especializado**. In: SEMANA DE INTEGRAÇÃO DE PEDAGOGIA E LETRAS. V, 2016, Inhumas. p. 618-624. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/semintegracao/article/view/6173/4279>. Acesso em: 07 Mai. 2023.